

FAZENDO RUIR O DISPOSITIVO DA MATERNIDADE E (RE)INVENTANDO MATERNAGENS POSSÍVEIS: NARRATIVAS INFAMES E POTENTES!

Crashing the Maternity Device and inventing possible maternities: Infamous and powerful narratives!

Aline Gomes Tavares Matias 

Mestranda em Psicologia Institucional pela
Universidade Federal do Espírito Santo.
<https://orcid.org/0000-0002-5677-7041>.
agtmatias@gmail.com

María Antonella Barone 

Doutoranda em Psicologia pela
Universidade Federal do Espírito Santo.
<https://orcid.org/0000-0002-2404-6818>.
licenciadaantonellabarone@gmail.com

Alexsandro Rodrigues 

Pós Doutor em Psicologia. Doutor em Educação.
Professor do Centro de Educação da
Universidade Federal do Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0002-5998-4978>
E-mail: xela_alex@bol.com.br

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Como efeito de reflexões inspiradas pelo processo de pesquisa de mestrado e doutorado das autoras, parimos este artigo. Nele, problematizamos o dispositivo da maternidade com seus efeitos sobre nossos corpos e subjetividades. Perseguimos trilhas e tensionamentos daqueles que extrapolam a condição mulher e as lógicas binárias e identitárias. Num exercício crítico do pensamento, buscamos fazer ruir o dispositivo da maternidade, compreendendo as dimensões históricas da maternidade hegemônica, sua relação com a expansão do capitalismo e com os discursos de verdade legitimados pelas ciências. Mas, principalmente, pelas narrativas de vidas, práticas e táticas de corpos que, ainda que atravessados pelo dispositivo da maternidade, cotidianamente criam desvios, engendram outras múltiplas possibilidades de ser e existir. O campo, como dimensão de análises, se faz acontecer permeado por memórias, encontros, e fragmentos de narrativas distribuídos nos meios de comunicação. A aposta política deste artigo se faz acontecer, à medida que compreende que o dispositivo da maternidade atinge a todes nós, ainda que não nos encontremos no exercício de cuidar e maternar outro corpo.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivo da maternidade. Maternagem. Biopolítica. Resistências.

ABSTRACT

As an effect of reflections inspired by the authors' master's and doctoral research process, this article was born. In him, the dispositif of motherhood is problematized by your effects in bodies and in subjectivities. In a critical exercise of thought, the device of motherhood is understood, here, in its historical dimensions of hegemonic motherhood, in its relationship with the expansion of capitalism and with the discourses of truth legitimized by the sciences. But, mainly, for the narratives of lives, practices and tactics of bodies that, even though crossed by the dispositif of motherhood, daily create deviations, engender other multiple possibilities of being and existing. The authors sought to analyze bodies that go beyond the condition of women and binary and identity logic, through memories, meetings and fragments of narratives distributed in the media. In general, the political bet is that the maternity device affects all bodies, even when they're not caring and/or mothering.

KEYWORDS: Dispositive of motherhood. Motherings. Biopolitics. Resistance.

1 ELEMENTOS BIOPOLÍTICOS DA FICÇÃO DA MATERNIDADE

Na historiografia europeia apresentada por Elisabeth Badinter (1985), é possível perceber pistas de como, no século XVIII, a relação mãe e filho se compunham de diferentes elementos dos evocados ao consagrado amor materno. Na época, era comum que as procriadoras, principalmente mulheres cisgêneras brancas e nobres, enviassem os bebês para serem amamentados e cuidados por amas de leite, também chamadas de amas mercenárias. Compreendia-se que, ocupar-se dos cuidados com as crianças, era uma atividade nada virtuosa para alguém pertencente ou aspirante à corte. As mulheres da alta sociedade “não estavam dispostas a sacrificar seu lugar e posto na Corte, ou simplesmente sua vida social e mundana, para criar filhos” (BADINTER, 1985, p.95).

A amamentação foi rejeitada como primeiro ato na aspiração de distinção e ascensão social. Nesse sentido, as amas de leite eram acionadas para a terceirização da atividade. As jovens mães eram desaconselhadas à amamentação, uma vez que esta prática lhes aproximaria da imagem animalésca de uma “vaca leiteira”. Caso amamentasse, a mãe deveria esconder-se, até do marido, o que interrompia por longo período sua vida conjugal e social. As crianças amamentadas pelas amas mercenárias permaneciam apartadas da família e, geralmente, retornavam por volta dos quatro anos, quando não iam a óbito devido às condições de cuidado. Algumas crianças eram cuidadas e amamentadas pelas amas em suas próprias casas, porém com pouco contato com os genitores. Muitas eram internadas em colégios, nos quais permaneciam longos períodos, recebendo, raramente, correspondências das famílias (BADINTER, 1985). Outras tantas crianças eram abandonadas nas “rodas dos expostos”, dispositivo giratório, criado com amparo do Estado e da Igreja, em resposta ao exacerbado número de crianças que eram abandonadas na rua na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX (BADINTER, 1985).

Tais práticas eram comumente aceitas e não causavam dramas ou desconforto social. Pelo alto índice de mortalidade infantil, acreditava-se que não era útil dedicar-se aos cuidados de um ser que dificilmente completaria dois anos de idade, sendo considerada uma perda de tempo o afeto pelas crianças. Diante desses fragmentos de uma versão da história dessa maternidade, perguntamos: Que forças se fazem acontecer na dispersão do tempo e dos acontecimentos para transformar a procriação e o cuidado em modulador de comportamentos? Buscando responder, nos aproximamos de duas forças coengendradas; capitalismo e ciência.

A expansão do capitalismo demandou importantes mudanças políticas e sociais às famílias brancas, burguesas do contexto europeu, tributando aos corpos categorizados como mulher, uma responsabilidade central para os cuidados com os infantes. Com Badinter (1985) podemos compreender que, após o ano 1790, surgem inúmeras publicações recomendando a amamentação, bem como que a mulher priorize pessoalmente os cuidados com a descendência. Saberes científicos começam a circular para convocar à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno ou amor espontâneo de toda mãe pelo filho.

No fim do século XVIII a relação entre mulher e sua cria já apresentava outros contornos, o de amor materno. Não se nega que tal sentimento/relação existiu em outros tempos, mas a partir desse momento comparece totalmente outro em relação aos dois séculos anteriores. O amor materno é exaltado como um valor natural pelo qual se atribui um significado social à maternidade. Esse valor social, favorece em longo prazo, a promoção de um valor mercantil. No cuidado e educação dos filhos a supremacia da autoridade do pai é deslocada para o amor da mãe. A autoridade do pai, que fora útil para criação de súditos dóceis, dá lugar ao amor para produzir e garantir a sobrevivência de pessoas. A política de Estado que se pautava no adestramento dos corpos dos sobreviventes, agora é sobreposta pelo imperativo da sobrevivência da progênie. Por essa via,

As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa de vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento de maior mortalidade (BADINTER, 1985, p. 146).

A fim de operar esse salvamento, foi preciso convencer as mulheres a se comprometerem com as atividades há séculos ignoradas. Para tal, ideólogos, moralistas e médicos utilizam de vários argumentos para convencer as mulheres da época a retomar os cuidados com os bebês e amamentá-los como forma de amor (BADINTER, 1985). Nesse sentido, ainda vemos nos dias atuais, em diversas campanhas de amamentação do Ministério da Saúde do Brasil, a produção de uma feminilidade que dá contorno ao gênero de uma mulher

Linda (penteada, maquiada, magra- como poucas mulheres conseguem estar com um bebê), sorridente e feliz, amamentando uma criança. Sua expressão demonstra contentamento e satisfação. Não há lacunas nas quais apareçam insatisfação, cansaço, arrependimento (de ter engravidado e dado continuidade à gestação), raiva, ou mesmo dor. A mensagem é clara:

uma “verdadeira mulher-mãe” não sente ambivalência e se compraz em amamentar a sua cria (ZANELLO, 2016, p. 109).

Algumas mulheres foram “sensíveis” às novas solicitações, outras foram seduzidas pelos reiterados discursos implícitos: “Sedes boas mãe, e serei felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania (BADINTER, 1985, p. 147)”. Esses discursos passaram a ser reiterados sistematicamente, entrelaçando-se a diversos elementos da vida da população a fim de tomar aspecto de natural/universal e, ainda hoje, atravessam em corpos e subjetividade produzindo uma determinada realidade. Mas como se dão os atravessamentos da maternidade enquanto realidade fabricada e, principalmente, como se engendram os escapes cotidianos?

2 PISTAS METODOLÓGICAS

Interessadas pela vida que acontece, que se produz em meio aos atravessamentos¹ da maternidade, compomos com Michel de Certeau (1994), para pensar nos sujeitos que, mesmo atravessados por realidades fabricadas, inventam novidades por meio de suas práticas cotidianas. O cotidiano é permeado pelos múltiplos, pelas diversidades, é onde ocorrem as tessituras de redes de conhecimentos escapando dos contornos cristalizados. É onde a vida vai encontrando e desbravando passagens e novos caminhos, escapando, se reinventando em meio aos duros moldes produtores de sofrimento e assujeitamento de subjetividades (ALVES, 2001).

Com o desejo em espreitar as multiplicidades das práticas e os efeitos dos atravessamentos da maternidade, se fez necessário um exercício movente de pesquisa. Afetadas pela arte de fazer, nos permitimos, enquanto pesquisadoras, seguir algumas pistas que nos levaram por caminhos que oportunizaram a negociação de sentidos, adequação e coerência entre subsídios teórico-metodológicos, desejos e possibilidades. O campo se constituiu como dimensão de análises das práticas cotidianas dos corpos atravessados pela maternidade, mas também, é permeado por memórias, encontros, fragmentos de narrativas distribuídos nos meios de comunicação e redes sociais, bem como de restos de composições paridas de nossas pesquisas com a maternidade e com o aborto e seus efeitos nos múltiplos corpos.

¹ Por atravessamento, compreendemos, em companhia de Gregório Barembliitt (1992), como a interpenetração de forças e entidades reprodutivas e antiproductivas que exercem função de arbítrio, mistificação e conservação de realidades. Já a interpenetração de forças e entidades em função da cooperação, criação, produção, transformação ativa e afirmativa da realidade denomina-se transversalidade.

Nesse sentido, a pesquisa demandou nossos sentidos distraídos, aos modos de Larrosa (2004), que nos movem a encontros com atenção distraída: tensionada ao máximo e não normatizada pelo que já sabemos, queremos e/ou buscamos. Nessa perspectiva, pesquisar demandou atenção a pistas, rastros, signos. Carlo Ginzburg (2002) ensina que permanecer atentos a esses restos, que passam despercebidos, em pequenos detalhes, nos possibilita compor outro tipo de ciência. Essas pistas deixadas pelo que ouvimos, pelo que lemos, pelos gestos, pelos olhares, criam-se em sutilezas que se constituem de partes de singularidades e multiplicidades, paridas das experiências.

Espreitar pistas e signos das experiências faz vibrar nossa atenção. Não se trata de seleção de informações ou atos focalizados na representação das formas de um objeto, mas de uma atenção que “se faz através da detecção de signos e forças circulares, ou seja, de pontas do processo em curso” (KASTRUP, 2015, p. 33). E a partir das afetações percebidas pelos sentidos distraídos, encontros, memórias, acontecimentos, notícias, histórias em mídias sociais que convocaram nossa atenção, que deixam pistas, sinais e pontas de processos de subjetivação em curso, encontramos narrativas de corpos praticantes que transitam em afirmar a realidade fabricada pela maternidade, mas também que produzem escapes cotidianos.

Os acidentes afetuosos, despreziosos, as conversas e a bisbilhotice das práticas cotidianas, demandaram sensibilidade e mergulho na complexidade e singularidades, para que pudéssemos espreitar os atravessamentos da maternidade e a fabricação da vida pelas estratégias biopolíticas. Mas, também, ouvir, narrar as vidas, as histórias e movimentos possibilitou trançar redes das práticas e táticas de corpos que, cotidianamente, criam desvios, engendram outras múltiplas possibilidades de ser e existir.

3 FAMÍLIA E MATERNIDADE: ESPARTILHOS BIOPOLÍTICOS QUE ASSUJEITAM A VIDA

Como estratégia biopolítica de governo dos corpos, à ficcionada família é cobrado que se encarregasse da vida e corpo das crianças, porque estas não podiam morrer em atenção aos interesses políticos e econômicos. Também, que os pais, e principalmente as mães, disciplinassem os corpos dos pequenos a permanecerem sadios e dóceis, para que, mais tarde, estivessem preparados para passar pela educação governada pelo Estado a

fim de se tornarem úteis. A família configurou-se como célula de normalização e produção de sujeitos disciplinados, dóceis e úteis (FOUCAULT, 2002).

O poder da norma, revestido de cientificidade, forja formas corretas, medidas, índices, curvas, médias, categorias identitárias de gênero, de sexualidade para circunscrever o limite de normalidade e, se caso preciso, incidir com sua política terapêutica aos corpos e subjetividades a fim de corrigir desvios e reconduzir os corpos a normas (FOUCAULT, 2002). Nesse sentido, enrijeceu-se a divisão entre o espaço público e privado, instituiu-se a família como baluarte da sociedade, e normaliza-se a sociedade pela fixação de identidades². A seguinte narrativa nos remete ao momento em que, com a expansão do capitalismo ocorre o fortalecimento de um modelo de família, a saber, nuclear e monoparental, que atinge e atravessa, inclusive, outros modos de viver. Pensamos assim, na narrativa de Eva³, integrante de um casal lésbico, que evidencia os jogos de legitimidade e reconhecimento na constituição da família. Nas palavras de Eva, que relata que na legislação espanhola,

las mujeres lesbianas tenemos que casarnos si queremos ser las dos madres [...] o sea, que la autodeterminación de la maternidad no es suficiente para el Estado. El Estado te dice que tienes que ir a una clínica y que en esa clínica te hayan hecho un papel en el que dice que las dos personas que ahora quieren autodefinirse como madres del niño o niña que haya venido, pues tienen que ponerlo en un papel [...] y tienes que estar casada, no? En mi caso, yo me casé en el 2015 [...] He luchado mucho como activista LGBTI por los derechos al matrimonio igualitario [...] pero me parecía una institución un poco obsoleta y no tiene mucho que ver con quererse, desde un punto de vista romántico [...]. La legislación está hoy de esa manera y creo que es la cuestión más complicada de asumir, porque aún se cree que, llegado o matrimonio igualitario, todo será 100% y eso es muy absurdo [...]. En el libro de familia puede haber dos madres pero no se acaba la posibilidad de que venga alguien, un hombre cis y que diga en el futuro, que esa persona, ese hijo, es suyo [...] y la consanguinidad está por encima de la filiación y eso es muy grave. Nosotres sabemos que nuestros lazos familiares son los lazos afectivos y no tanto la consanguinidad. Muchas maternidades, de hecho, se desarrollan así, porque no hemos cambiado el paradigma de familia.

² Tomaz Tadeu da Silva (2014) afirma que a identidade não é uma essência, não é um dado nem da cultura, nem da natureza. Não é fixa, não é coerente, permanente ou unificada. A identidade é uma construção, um processo de produção, uma relação, um efeito. A ideia de uma identidade hegemônica e estável busca regular as múltiplas formas de vida, bem como pauta-se em uma lógica binária e oposicionista, credita uma forma de vida como “melhor”, mais “correta” que outras.

³ Eva Abril, co-organizadora do livro “Maternidades Cuir” de Gracia Trujillo y Eva Abril, editora Berkana: Madri, 2020. Disponível em https://www.instagram.com/p/CBir_75qBav/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&fbclid=IwAR3yBR2c-Pp8OGngfri5DH46PPmkn-tTrOyAvf4rIkW58ZGnSi0LhpGOgLA Acesso em 17 de junho de 2020

A narrativa de Eva nos parece potente no sentido de questionar os modos que são legítimos perante o Estado que ainda exige que a vida, para ser reconhecida, tenha que se enquadrar dentro das lógicas institucionais por ele estabelecidas. Nesse sentido, podemos visualizar como as práticas discursivas e regulatórias, vão se realizando naquele reconhecimento que reitera a norma. É dizer, e seguindo a Judith Butler (2019b), que os corpos que o estado reconhece como os corpos que importam, são aqueles que conseguem materializar os efeitos do poder, estabiliza-se nos contornos da norma.

Nessas reflexões, outra narrativa nos mostra como a constituição de um tipo de família, enquanto ponto central da sociedade, vai criando categorias identitárias para sustentá-la:

Sentada no banco da praça, na área do parquinho, encontro e me ponho em conversa com outros corpos. Um casal, que acompanhava umas das dezenas de crianças que corriam, berravam e, inevitavelmente, se estranham. Distraidamente, falávamos sobre a dificuldade em acompanhar o ritmo das crianças, do cansaço, quando somos interrompidos pelo choro de Sofia, que soluçando, busca o colo dos pais. “Mãe, o João me empurrou, não deixou eu ir no escorregador!” A mãe responde em tom consolador. “Não chora, Sofia, olha o outro escorregador está vazio, vai lá!” A criança reluta, mas pouco depois, volta a brincar. A mãe então dispara: “Esse menino estuda na creche com ela, sempre apronta todas, bate nas crianças, não respeita ninguém. Já pedimos a pedagoga para conversar com a mãe, mas não resolveu. Já conversamos sutilmente no grupo (de *WhatsApp*) da sala, mas ela não toma uma atitude. Sabe aquelas mães que só se preocupam em malhar?! Sete horas da manhã já está toda montada para a academia. Imagina como essa criança é em casa? Deve fazer o que quer, ainda mais quando está com a avó”. O pai complementa: “Não sei por que essas mulheres têm filhos, se é para deixar para avó cuidar!” Curiosa pergunto: “Mas e o pai?”. Ela responde: “Nunca vi.” E seguimos alguns minutos em silêncio observando João dominar o escorregador que escolheu para chamar de seu (Diário de campo, 18 de dezembro de 2019).

Com essa narrativa, podemos sentir como forja-se o amor materno como natural e incondicional e a prática abnegada do cuidado. Se instituem rígidos contornos a esses corpos, o de boa mãe, primorosa e dedicada dona de casa, sendo este atribuído a verdadeira prova de feminilidade, de ser mulher (ZANELLO, 2018). Por conseguinte, a partir da lógica binária e oposicionista, aos corpos em performances do masculino foram dados outros contornos, que deveriam os distanciar da maternidade. Não são esses discursos que compõem a conversa na praça? Compreender a maternidade, enquanto tecnologia que interpela e compõem múltiplos corpos nos aproxima da ideia de dispositivo. Um dispositivo se configura como a rede de elementos; saberes, práxis, discursos, medidas, instituições, o dito e o não dito, cujo objetivo é gerir, governar, controlar corpos e subjetividades para

que se tornem úteis e adequados a uma determinada sociedade. Constituem-se máquinas de produção de subjetivação, máquinas de governo (FOUCAULT, 2006c).

Mas... O que seria objeto estratégico na gênese do dispositivo da maternidade? Não, não é o gestar que predomina como objeto estratégico na gênese do dispositivo, mas sim o cuidar, o manter vivo, dócil e útil. É o processo de maternagem, o “modo correto” de maternar que caracteriza o dispositivo da maternidade. Independente do gerar, parir, o que dá contorno a uma “boa mãe” ou a transforma em mal-dita, é a forma como cuidará de sua criança. Foucault (2006c, p. 245) nos dá mais elementos afirmando que a constituição e manutenção de um dispositivo abarca um duplo processo: “processo de sobredeterminação funcional”, processo pelo o qual uma realidade é engendrada por uma multiplicidade de coisas, “cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente”. Também, “processo de perpétuo preenchimento estratégico”, que mantém o dispositivo em permanente atualização em busca de reutilizar os efeitos imprevisíveis com finalidades políticas e econômicas. Na constituição e manutenção do dispositivo da maternidade o processo de sobredeterminação engendrou o entrelaçamento dos saberes, biológico, médico, religioso, moral, para atribuir a um corpo da espécie uma finalidade e seus efeitos, reclusão ao ambiente doméstico, inutilização da força, delicadeza, cordialidade, entre outros, serviram para rearticular e reajustar a subalternização dos corpos a uma utilidade e funcionalidade.

Compreender a maternidade enquanto dispositivo é dizer que essa recobre todo campo social, afetando a todos os corpos, ainda que de forma desigual. É afirmar que a maternidade opera como um conjunto de elementos que constroem os corpos a se manterem nos limites ficcionados das identidades e dizer que não são somente os corpos categorizados como “mulher” que são interpelados por esse dispositivo biopolítico, mas que os múltiplos os corpos são atravessados.

O dispositivo da maternidade composto pelo saber médico, teologia cristã ocidental para fins capitalístico atinge aos corpos e segue reafirmando como esses devem ser, agir, portar, relacionar, cuidar ou não. O que será que nos mantém atrelados aos poderes do dispositivo da maternidade? Kleber Prado Filho (2012) afirma que não seria mais a aplicação da lei, o que nos assujeita ao poder, senão o jogo mesmo da norma que diz sobre práticas mais sutis que envolvem: “moralizações, normalizações, jogos de verdade, regulações das condutas cotidianas, pequenas conduções do/pelo outro, governo ético sobre si mesmo, estetizações e trabalho sobre si mesmo” (PRADO FILHO, 2012, p. 112).

Assim, a produção de subjetividades operacionalizadas pelo dispositivo da maternidade fazem emergir estéticas do que é ser boa mãe ou bom pai, como podemos perceber na seguinte narrativa:

[...] o tempo amadureceu nossas ideias e decidimos pela adoção tardia -- quando a criança tem mais de seis anos. [...]. E foi aí que conhecemos o Suênio, que hoje é o nosso Arthur. Na época, com seis anos. Desde o primeiro contato, falamos abertamente sobre o fato de ter dois pais. E só levamos a adoção à frente quando tivemos certeza que ele poderia lidar bem com isso. Foi um processo longo e burocrático em que passamos por momentos bem angustiantes. Um deles foi a expectativa pelo parecer do juiz porque ainda não havia tido um caso como nosso, de um casal homoafetivo adotando uma criança, na comarca de Niterói. E quando o Arthur chegou, tivemos que lidar com a sua adaptação. Na primeira semana ele estava muito agitado e até tentou fugir da escola que o matriculamos. Respiramos fundo e tentamos fazer com que ele se sentisse mais seguro e confiante. Uma semana depois, ele estava mais calmo e feliz e começou a nos chamar naturalmente de pai [...]. Se tem festa do Dia das Mães na escola, eu o deixo participar. Se tiver alguma atividade, como uma dança com as mães num palco, eu danço com ele. Não percebo nenhum desdém ou deboche. E se um dia acontecer, ele será enfrentado com muito amor. E se for ofensivo, levaremos à Justiça. Essa criança mudou tudo em nossa vida. Absolutamente tudo. Emocionalmente, psicologicamente, financeiramente, socialmente, fisicamente⁴.

A narrativa põe em manifesto uma série de elementos do dispositivo da maternidade. O casal, em movimentos de dissidência às normas da sexualidade e provocando rachaduras à lógica identitária, afirma uma série de cuidados e ações que coadunam com a estética produzida pelo dispositivo, que os interpelando, é operado e atualizado pelos corpos-pais, ao passo que os classifica e hierarquiza como bons pais. Os dispositivos, operacionalizando o poder da norma e as estratégias de produção e manutenção de identidades, forjam a individualização dos sujeitos, de forma a viabilizar a separação, classificação e marcação hierárquica dos corpos e subjetividades, conforme sua funcionalidade e utilidade. Filho (2012), a partir das leituras de Foucault, caracteriza a individualização, enquanto composição do biopoder com as práticas pastorais.

O poder pastoral utiliza-se de estratégia das pastorais cristãs ocidentais para instaurar nas práticas sociais a condução do rebanho à salvação. O poder do pastor não é exercido sobre um território, mas é um poder que exerce sobre uma população, um rebanho, mais especificamente, nos movimentos do rebanho, “o poder pastoral se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento (FOUCAULT, 2008, p.168)”. O pastor deve cuidar de seu rebanho para que suas ovelhas não sofram, não se firam. Zela

⁴ Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/21/como-e-a-adocao-para-casais-do-mesmo-sexo-veja-historias.htm> Acesso em 15 de julho de 2020.

pelo bem-estar de cada indivíduo e de todo seu rebanho, mantenha-os sob vigilância para que nenhuma ovelha se perca. Assim, o poder pastoral é individualizante, uma vez que só cuida, zela e vigia todo rebanho à medida que nenhuma de suas ovelhas possa escapar. Compreendemos que o poder pastoral com sua estratégia de individuação, insere-se nas práticas de governo da vida, dos corpos e das condutas que, articuladas às práticas de normalização e ficções identitárias, tornam os sujeitos localizáveis, previsíveis, às capturas, conduções, marcações e regulações operadas pelos dispositivos, como perceptível nas narrativas (FILHO, 2012).

Com essa perspectiva ecoando, recordamos de uma reportagem veiculada nas redes sociais, intitulada, “Minha vida é dos meus filhos”⁵. Essa afirmação é da pastora Alexya Salvador em uma entrevista ao canal de notícias Catraca Livre. Alexya, mulher transexual, pastora, mãe de duas crianças, conta sobre sua relação com sua mãe e com seus filhos, engendrada pelo dispositivo da maternidade. Quando perguntada se sua mãe a influenciou a ser mãe, ela narra:

O meu desejo de ser mãe vem de ver a minha mãe ser mãe. Eu tive uma infância muito difícil, e ela nunca mediu esforços com o meu pai. Então tive o exemplo daquela mulher guerreira, batalhadora, e isso vinha sempre dentro de mim e eu pensava que, quando crescesse, teria a garra e a determinação que ela teve e tem ao criar a mim e à minha irmã. Mas, por ela ter sido muito rígida às vezes, eu falava que, quando tivesse os meus filhos, não seria tão rígida quanto ela. Mas hoje percebo que estou mais rígida do que ela ainda, sabe? Eu acabo reproduzindo o jeito que ela me criou porque vi que deu certo comigo. Ela era muito brava, e eu procuro não ser tão brava e exigente quanto ela, mas às vezes acabo sendo. Confesso. Igualzinho. É tal mãe, tal filha mesmo!

Em sua narrativa, Alexya elenca elementos que reafirmam a identidade da “boa mãe”: guerreira, batalhadora, não medir esforços, ser rígida, conforme os contornos do dispositivo. Esses contornos agem para conduzir, marcar e regular os corpos e subjetividades em práticas de maternagem conforme o modelo ficcionado. O dispositivo da maternidade exige que o corpo se mantenha em entrega, que destine sua energia na batalha por criar, proteger e educar. Elemento percebidamente obrigatório é o amor, que deve ser “incondicional”. Este atua para manter os corpos regulados, dentro dos contornos do dispositivo, “justificando” todo e qualquer sofrimento, todas as ações, em prol do cuidado, zelo e vigilância de um indivíduo, mas também da coletividade. Esse amor

⁵ Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/minha-vida-e-dos-meus-filhos-pastora-trans-fala-sobre-ser-mae/>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

ficcionadamente incondicional se caracteriza como uma estratégia de poder para sujeição dos corpos e controle da população, tecnologia a qual Foucault (2006c) nomeou biopolítica.

A biopolítica não é centrada no corpo, mas na vida, que massifica a população pelo controle e alteração de processos biológicos ou compensação de seus efeitos, uma tecnologia regulamentadora. Como efeito das tecnologias de poder centradas na vida, que buscam disciplinar e regulamentar, a população passou a ser cerceada pela norma. A partir desta perspectiva, emerge uma sociedade que estabelece, marca e hierarquiza certas formas de vida em torno das normas que, ao longo do tempo, tomaram dimensão de natureza.

Envoltos a essas tecnologias percebemos que, a nossos corpos, são ensinados modos de viver, que constituem nossas subjetividades e, por conseguinte, nossas formas de existir no mundo e de nos relacionar. Essas tecnologias biopolíticas atravessam todo campo social e produzem as formas que são aceitas e as, que produzem escapes aos contornos dados à vida, são consideradas problemas, indesejáveis, mal-ditas e, por isso, menos valoradas. A biopolítica é estratégia pela qual o poder busca controlar a vida das populações, controlar e estratificar o corpo-espécie por meio de conjuntos de práticas e discursos forjados historicamente.

Judith Butler (2018) nos auxilia a pensar a biopolítica como os poderes governamentais e não governamentais que buscam administrar a vida das populações, instituindo normas e medidas para categorizar como se deve viver, quais as vidas são autorizadas e merecem proteção e quais podem ser descartadas, aniquiladas. Em meio às tramas do poder são produzidas formas de vidas, como também, silenciamento-subalternização. São produzidos modelos binários, hierárquicos e universais, aos quais outros corpos e subjetividades devem se regular para se enquadrar.

Podemos perceber, por exemplo, os atravessamentos do dispositivo da maternidade no discurso que compõe a reportagem no canal de notícias CONTI Outra, ao registrar a história de Pretinha. Em seu título, o canal de notícias intitula Pretinha como “mãe exemplar” por adotar filhotes gestados por outrem: “Cachorra adota gambazinhos órfãos e se revela mãe exemplar”⁶.

Pretinha é uma cachorra que ama demais, e não é preciso muito para fazer qualquer um acreditar nisso, basta mencionar que ela decidiu adotar como seus filhos um grupo de adoráveis filhotinhos de gambás que ficaram órfãos depois que sua mãe foi atacada por outro cachorro. E que mãe, hein! Quem

⁶ Disponível em: <https://www.contioutra.com/cachorra-adota-gambazinhos-orfaos-e-se-revela-uma-mae-exemplar/>. Acesso em 02 de janeiro de 2020.

primeiro encontra os pequeninos, já órfãos, Stephanie Maldonado. Àquele momento, os olhinhos deles ainda nem estavam abertos. Eles tinham poucos dias de vida. Os animais recém-nascidos precisavam se alimentar a cada duas horas, mas ainda era incerto se os gambás sobreviveriam sem mais atenção materna do que a jovem poderia fornecer. Foi então que Pretinha e seu amor infinito entraram em ação. A cachorra, velha companheira de Stephanie, sentiu que os pequenos gambás precisavam dela e começou a cuidar deles como se fossem seus próprios filhotes. “É muito bom ver todo o cuidado que ela tem com eles, lambendo-os o tempo todo e aconchegando-se com eles”, comentou Stephanie no Facebook. Graças aos cuidados de Stephanie e Pretinha, esses gambazinhos foram capazes de crescer saudáveis e forte. Eventualmente, chegará o momento em que eles poderão voltar ao seu habitat natural, sem esquecer o amor e o carinho proporcionados por suas mães adotivas (Redação CONTI outras, 2020).

A história de Pretinha nos atenta a perceber a dimensão do dispositivo da maternidade, ao passo que, ao realizar alguns cuidados a fim de manter vivos os gambazinhos, a cadela, bem como sua dona, foram reconhecidas como corpos em prática de maternagem, como mães. Esse processo, exposto nas mídias sociais, não só demarcam e reafirmam o dispositivo, como o atualizam, utilizando dos efeitos imprevisíveis para produção de outros elementos moduladores.

4 NARRATIVAS INFAMES E POTENTES QUE (RE)INVENTAM AS MATERNIDADES

Entretanto, a vida escapa, encontra caminhos potentes para a produção de desvios. A capacidade de se rebelar e resistir são elementos inerentes às existências. Foucault (2006a), afirma que sempre há a possibilidades de modificação de determinadas condições de subalternização, “[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder [...]” (FOUCAULT, 2006a, p. 105-106). Desse modo, as resistências são distribuídas de modo irregular, às vezes seus pontos dissipam-se no espaço e no tempo provocando levante de indivíduos ou grupos. Em outras ocasiões, podem provocar grandes e radicais rupturas.

Assim, é mais recorrente que pontos de resistências produzam rachaduras na sociedade, reverberando em cisões que suscitam reagrupamentos, que provocam mudanças irreduzíveis. O mesmo tecido formado pelas relações de poder que recobre todo corpo social pulveriza pontos de resistências que atravessam indivíduos e estratificações sociais. “E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução” (FOUCAULT, 2006a, p. 107). A maternidade enquanto tecnologia

biopolítica que recobre todo campo social, interpela os múltiplos corpos nas mais diversas relações, nas suas práticas cotidianas. Percebemos seus restos, marcas e regulações a fim de produzir corpos e subjetividades, visando normalizá-los, fixando-os às categorias identitárias. Mas também ouvimos a pluralidade de vozes que cria outras criações, que, ainda que interpeladas pelo dispositivo, gestam alternativas monstruosas, infames e possíveis que, nas mais diversas formas, colocam em questão aquele dispositivo que restringe a vida.

Elas comparecem como práticas cotidianas resistentes, em meio às tramas que forjam nossos modos de vida e produzem desvios que fazem ruir as normas. Estamos atentas às narrativas que criam fissuras nos padrões e abrem passagem para a heterogeneidade de micro revoluções que produzem novidades, como sentimos na vivência de Estel, Alba e Andreu⁷:

Estel, Alba y Andreu se definen como una familia triparental, y de su poliamor -ellos prefieren hablar de «anarquismo relacional» o «no monogamias»- ha surgido una “polimaternidad” muy especial. En 13 meses han tenido dos hijos en común: un hijo biológico de Andreu y Alba, y otro de Andreu y Estel. En España no existe cobertura legal para casos como el suyo, pero ellos viven con normalidad una estructura familiar abierta: “Seguimos dispuestos a ampliar la tribu si alguien nos gusta lo suficiente”, aseguran (MATERNIDADES, 2018, s/p.)

Nos referimos às narrativas que contam de vidas que fazem torcer, redefinir, sujar, reinventar aquelas apelações identitárias e universais da “boa e santa maternidade” que restringe e espantilha a vida. Narrativas infames e potentes que deixam tremendo o dispositivo da maternidade para dar passagens a formas outras de experimentar os exercícios de cuidado. Pensamos aqui, nas experiências de quem tem se exiliado daquelas amarras do ideal materno heteropatriarcal, imposto em nossa sociedade, como Aline, trabalhadora sexual, mãe, que cotidianamente produz fraturas ao dispositivo da maternidade.

O sol esquenta neste meio-dia de verão, na cidade. Aline, 25 anos, me pede para cuidar do seu filho mais novo, ainda neném, para procurar a sua menina na creche. Não tinha dormido, teve que trabalhar dupla jornada nesta noite, para conseguir comprar o seu apartamento próprio. Não é a primeira vez que cuida das crianças dela. Ela precisa dormir às vezes, quando pode, pois, o corpo precisa se recuperar depois de cada programa. Trabalhadora sexual e mãe. Clientes são atendidas em hotéis renomados da cidade. Ela prefere mulheres, sejam trans ou cisgêneras “porque o sexo é mais prazeroso”, afirma. A filha sabe do trabalho da mãe, e tem 4 anos de idade: “mãe trabalha com sexo, um dia falaremos mais disso”, fala para ela. “Com o que ganho fazendo programas, chegarei a comprar minha casa, mas

⁷ Disponível em <http://maternidades.es/poliamor/> Acesso em 15 de junho de 2020.

não queria fazer isso a minha vida toda, por isso vou fazer vestibular”, conta. (Diário de campo, 17 de dezembro de 2019)

Ao afirmar vidas que fazem ruir o dispositivo da maternidade, ensejamos reverberar fissuras às categorias identitárias e subalternização dos corpos. Nessa perspectiva, diante desse modelo de maternidade, queremos afirmar que outros mundos e formas de vida acontecem, coexistem e provocam ruídos, tremores à lógica de normalização e controle da vida, como sentido na vivência de Matías e Celeste⁸:

Matías y Celeste son dos activistas trans [de Argentina] que decidieron gestar un hijo. Aunque nada estaba preparado para un papá embarazado, Luán nació. Matías gestó en su panza y Celeste fue desde el día cero una madre presente. Nueve meses en un vientre trans no son iguales a los de cualquiera. Matías y Celeste, con su amor transparental, más que esperar que las puertas se les abrieran se dedicaron a abrirlas: en los esquemas de licencias, cuidados clínicos, obstétricos y todo lo que rodea la llegada de un bebé nada estaba preparado para un papá embarazado.

“Fue un proceso natural como el de cualquier pareja que se va consolidando y decide tener un hijo. No para sentirnos un hombre o una mujer “completos”, o como quien decide tener una mascota, sino para apostar a un futuro juntos y compartir nuestro amor con alguien más. Empezamos a plantearnos que biológicamente podíamos tenerlo y avanzamos”, dijo Celeste a Cosecha Roja. Como Matías había hecho tratamiento hormonal, su proceso de gestación fue atendido desde el principio en el área de embarazos de riesgo: no sabían si podría aparecer alguna complicación vinculada. El parto fue por cesárea y Celeste lo acompañó en el quirófano, emocionada y feliz.

Para recibir su licencia por maternidad, Celeste tuvo que hacer entender en su trabajo que la ley habla de madres, no de personas gestantes, y que si algo no está prohibido es legal. Así les pasó con varios trámites.. [...] Para o processo de criação [...] “ensinar a ele a valorar a todas as pessoas, nas suas diferenças, na sua diversidade”, diz Celeste (COSECHA ROJA, 2019, s/p.).

Nos interessam as vozes de pessoas exercendo maternagens, mães cis e trans, mães hetero-dissidentes, mães não monogâmicas, mães racializadas, mães prostitutas, seus desejos, afetos e dores, encarnadas em experiências muito diferentes, a partir do momento em que decidem experimentar processos de maternagens, até as lutas e enfrentamentos para que o sistema conservador e genocida lhes arrebatasse seus filhos.

Débora Maria da Silva, mulher negra, mãe, fundadora do movimento social Mães de Maio, da Baixada Santista, no litoral paulista: O movimento Mães de Maio, liderado por ela, [...] que resolveu procurar outras mães que se reergueram para ir ao front da luta por justiça. [...] Há 14 anos, a rede vai "se tornando infinita", diz Débora, referindo-se ao fato de o movimento Mães de Maio servir de inspiração para que outras mulheres denunciem a violência do Estado, que vitimiza jovens, negros e pobres, no Brasil e no mundo. [...] O Mães de Maio ultrapassou fronteiras [...]. Eu era pacata, não sabia falar direito. A única coisa que sabia fazer era cuidar dos meus filhos. Só que tive

⁸ Disponível em <http://cosecharoja.org/mama-y-papa-son-trans/> Acesso em 15 de junho de 2020.

que virar investigadora, educadora popular, pesquisadora, por estar na frente do Mães de Maio.... Sempre fomos um levante que inspira outras mães a gritarem. Hoje, nos unimos a mães que tiveram seus filhos desaparecidos, mães de todo o Brasil, do Rio de Janeiro. Fora do país, temos conexão com as mães norte-americanas, mães das vítimas das Farc, mães de Cali. [...] A gente precisa entender que as mulheres, e as mães que estão na linha de frente, têm uma luta que vem do útero. Nós estamos aqui para parir uma nova sociedade. E talvez, ela surja após essa pandemia. Mesmo com o fascismo em alta, talvez as pessoas possam ter outro olhar para o mundo”⁹.

Nossa existência é política, mas não para tentar perpetuar qualquer identidade ou verdade, mas apenas para viver, para existir na diferença, nas nossas singularidades. Fazemos ruir o dispositivo, mas nem sempre isso é possível. Os contextos de precariedade deixam nossas vidas mais expostas a múltiplas formas de violências, mais ainda, quando voltam a se erguer com força os mais variados essencialismos como “mãe de verdade”, “mulher de verdade”, “mãe desnaturada”, “família tradicional”. Mas continuaremos a existir. Nos ocupamos em re-inventar nossas existências compartilhando histórias de desejo e dores para fundir lutas aliadas, gestando gestos que desviam os caminhos que espartilham nossas vidas nas experiências maternais plurais. A trajetória de Débora, nos lembra das palavras de Marielle Franco (2017, p. 94):

Registrar as ações das mulheres negras e faveladas que são marcas de conquistas e pigmentações de ações transformadoras, inventivas e potencialmente revolucionárias. Disputar o olhar, sentimentos e pensamentos para um mundo que vive mudanças todo o tempo e situar as ações existentes das mulheres negras, nesses territórios, superando em suas vidas o impacto do racismo institucional, é uma ação estratégica para esquerda no contemporâneo.

Desde 2006, Débora viu-se, com a dor da perda, por conta do Estado genocida, transformada em ativista pelos direitos humanos. Isto não quer dizer que o dispositivo da maternidade não atravesse as vidas ativistas, já afirmamos que o dispositivo atravessa todos os corpos. A partir do encontro com Franco (2017), percebemos como a narrativa de Débora também produz fissuras no dispositivo, na medida em que o coloca nas linhas de força para se aliar a outras mulheres, numa atividade de potencialidade política, de afirmação e ampliação das multiplicidades das vidas e transformadora da sociedade.

⁹ Disponível em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/05/12/debora-do-maes-de-maio-luta-por-memoria-meu-filho-morreu-por-ser-preto.htm>>. Acesso em 15 de junho de 2020.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A MODO DE FECHAMENTO

Ressaltamos que (re)discutir, desconstruir, produzir fissuras, rachaduras no dispositivo da maternidade é tática de resistência ao poder conservador regulador de nossas condutas no cotidiano. Compreender e afirmar a artificialidade do dispositivo e dos contornos identitários que aprisionam a vida, desejos, corpos e subjetividades a uma dada epistemologia, nos possibilita abandonar os contornos ficcionados das identidades para cruzar fronteiras e engendrar novidades em meios as capturas do dispositivo da maternidade, como percebemos nas histórias narradas.

A aposta em trazer narrativas das interpelações do dispositivo é afirmar que os múltiplos corpos, em seus movimentos cotidianos, criam táticas que subvertem, recusam, invertem, desestabilizam, forçam a reconfiguração reativa do dispositivo da maternidade e seus elementos biopolíticos. Esses movimentos de resistências ao instituído, engendram novos processos de subjetivação que escapam e criam outros possíveis em meio ao dispositivo, mesmo que transitórios.

Nossas narrativas nos deixam pistas da força inventiva da vida em criar novidades em meios às capturas e regulações do dispositivo. É como tática de resistência que apostamos e afirmamos uma política de uso dos corpos e dos desejos, na qual os contornos não se categorizam limites, mas sejam sentidos como fronteiras disponíveis a serem ampliadas, transpassadas, com vistas a potencializar nossos desejos, alegrias, prazeres, nossas possibilidades de ser e existir no mundo. Política essa que nos possibilite fugir das supostas naturezas consagradas para viver em coalizão com nossos desejos éticos, que nos mantenha abertas as multiplicidades, as possibilidades de uso dos nossos corpos e subjetividades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Decifrando o Pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 133-151.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a políticas das ruas**: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 Edições, 2019b.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FILHO, Kleber Prado. A Política das Identidades Como Pastorado Contemporâneo. In: CANDIOTTO, Cesar; SOUZA, Pedro de. **Foucault e o Cristianismo**, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 111-119.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006^a.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006c.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther. **Tem Saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil, Rio de Janeiro: Editora Zouk, 2017 p. 89 – 95.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.
- LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

NOTAS

Aline Gomes Tavares Matias

Mestranda em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pertence ao Núcleo de Pesquisas em Sexualidades da mesma Universidade. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional - PPGPSI, Vitória - ES, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-5677-7041>

E-mail: agtmatias@gmail.com

Maria Antonella Barone

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora pertencente ao Grupo de Estudos sobre Aborto, linha de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades da mesma Universidade. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP, Vitória - ES, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-2404-6818>.

E-mail: licenciadaantonellabarone@gmail.com

Alexsandro Rodrigues

Pós Doutor em Psicologia. Doutor em Educação. Professor Titular do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisas em Sexualidades do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade na mesma Universidade. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional - PPGPSI, Vitória - ES, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-5998-4978>

E-mail: xela_alex@bol.com.br

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Teófilo Costa, 350, Ed. Praia Grande, Apt. 606, Jardim Camburi, Vitória – ES. CEP 29092-010.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. G. T. Matias, M. A. Barone, A. Rodrigues.

Coleta de dados: A. G. T. Matias, M. A. Barone, A. Rodrigues.

Análise de dados: A. G. T. Matias, M. A. Barone, A. Rodrigues.

Discussão dos resultados: A. G. T. Matias, M. A. Barone, A. Rodrigues.

Revisão e aprovação: A. Rodrigues.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO –

Os autores cedem à Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER –

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES –

Javier Ignacio Vernal e Silmara Cimbalista

HISTÓRICO

Recebido em: 29-07-2020 – Aprovado em: 28-05-2021 – Publicado em: 10.06.2021